

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.161.002 - SC (2017/0216266-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : AMMAN HOTEIS E TURISMO LTDA
ADVOGADO : RODRIGO CAMPOS REICHERT E OUTRO(S) - SC027344
AGRAVADO : ABRIL COMUNICAÇÕES S.A
ADVOGADOS : ALEXANDRE FIDALGO - SP172650
DEBORAH MEKACHESKI PEREIRA E OUTRO(S) - SC033565
GISELE FERREIRA DE MELO - SP362856
NATASHA INGRID MAKDISSI - SP338048

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por AMMAN HOTEIS E TURISMO LTDA em face da decisão acostada às fls. 240-241 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 184-190 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE COBRANÇA CUMULADA COM RESCISÃO DE CONTRATO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VEICULAÇÃO DE ANÚNCIO EM REVISTA. ALEGADO DESCUMPRIMENTO DA AVENÇA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DECLARANDO A INEXIGIBILIDADE DA COBRANÇA. RECURSO DA REQUERIDA. INSURGÊNCIA EM RELAÇÃO A DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DOS TÍTULOS EMITIDOS PARA PAGAMENTO DO CONTRATO. ACOLHIMENTO.

- Evidenciado nos autos que houve o cumprimento substancial do contratado, tanto que a própria sentença reconhece que não há causa para se acolher o pedido de resolução da avença, inviável se mostra isentar a parte autora, por completo da contraprestação, sob pena de gerar enriquecimento indevido.

- Desnecessidade, no caso, de se adequar o valor a ser pago, ainda que tenha havido diminuto inadimplemento, tendo em vista que o contrato demonstra ter ocorrido desconto considerável em relação ao valor normalmente contratado e dos autos não se extrai que o serviço prestado tenha custo diverso do contratado.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO COM ADEQUAÇÃO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA.

Opostos embargos de declaração (fls. 193-196 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 199-207 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 210-222 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou o disposto no artigo 313 do Código Civil, sustentando que não houve, no caso, cumprimento substancial do contrato.

Contrarrazões às fls. 230-238 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 245-250 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 255-263 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Trata-se, na origem, de ação buscando a nulidade de cobrança e a rescisão de contrato e indenização por danos materiais e morais.

Os insurgentes sustentam, em síntese, que contrataram a divulgação de anúncio publicitário em guia publicado pela ora agravada, bem como que tal pacto não teria sido cumprido na forma contratada.

A Corte de origem assim decidiu a controvérsia (fls. 189-190 e-STJ):

Resta incontroverso nos autos, que a autora contratou com a requerida a veiculação de propaganda "na primeira página ímpar de Balneário Camboriú", junto ao "GUIA BRASIL 2013", mas o anúncio acabou saindo na "segunda página par".

A própria sentença considerou que não há motivo suficiente à decretação da resolução do contrato por inadimplemento, mas isentou a parte autora de qualquer pagamento.

Não é efetivamente o caso de decretar-se a resolução por inadimplemento, pois se está, sem qualquer dúvida, diante de adimplemento substancial, e, no caso, em tal grau que torna difícil apontar no que teria havido o descumprimento, considerando-se os efeitos da veiculação.

Ora, tivesse a parte autora demonstrado a significativa diferença entre a veiculação na primeira página ímpar e na segunda página par, por certo a sua pretensão seria acolhida, ainda que em parte.

Nem se fale em inversão do ônus da prova quanto a este aspecto, pois bastaria a juntada das páginas onde ocorreu a publicação, além daquela outra onde deveria ter ocorrido, o que não gera qualquer dificuldade.

É bem verdade que nos casos de adimplemento substancial, para efeito de adequação do valor a ser pago, se leva em consideração aquilo que foi efetivamente cumprido, em relação aquilo que deveria ter sido.

Ocorre que no caso dos autos, e isso é incontroverso, fls. 17, houve considerável desconto em relação ao valor do serviço que seria normalmente cobrado, ou seja, de R\$ 36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos reais) para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Desta forma, e novamente, com o máximo respeito, o "descumprimento" foi tão insignificante, que não há qualquer reparo a fazer no valor a ser pago pelo serviço prestado.

Pelo exposto, conheço e dou provimento ao recurso interposto, para o fim de julgar totalmente improcedentes os pleitos formulados na inicial, condenando a parte autora no pagamento da integralidade das custas e honorários que mantenho na importância já fixada. [grifou-se]

Como se vê, diante do conteúdo fático-probatório constante dos autos, o órgão julgador entendeu ser o caso de aplicação da teoria do adimplemento substancial, por considerar que o descumprimento teria sido insignificante.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem, para afastar a configuração do adimplemento substancial, e acolher a pretensão recursal, ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, bem como a análise do contrato firmado, providências vedadas em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pelas Súmulas 5 e 7/STJ.

Neste sentido, vejamos os precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDADOS.

1. Não se admite o recurso especial, quando não ventilada, na decisão proferida pelo Tribunal de origem, a questão federal suscitada. Aplicação da Súmula 211/STJ. Precedentes.

1.1. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (Resp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017.)

2. Para rever o entendimento do acórdão impugnado, o qual concluiu que houve na verdade "inadimplemento absoluto" e o pagamento não foi substancial, implicaria o reexame fático-probatório e interpretação das cláusulas contratuais, procedimentos inadmissíveis no âmbito do recurso especial, por força das Súmulas 5 e 7/STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1038886/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 25/09/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos e a análise das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto nos enunciados sumulares n. 5 e 7 deste Tribunal Superior.

3. Inviável o conhecimento do dissídio jurisprudencial quando a questão foi decidida com base nas peculiaridades fáticas dos casos, a justificar a incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 952.217/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 04/05/2017) [grifou-se]

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ,

nega-se provimento ao agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem, em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

